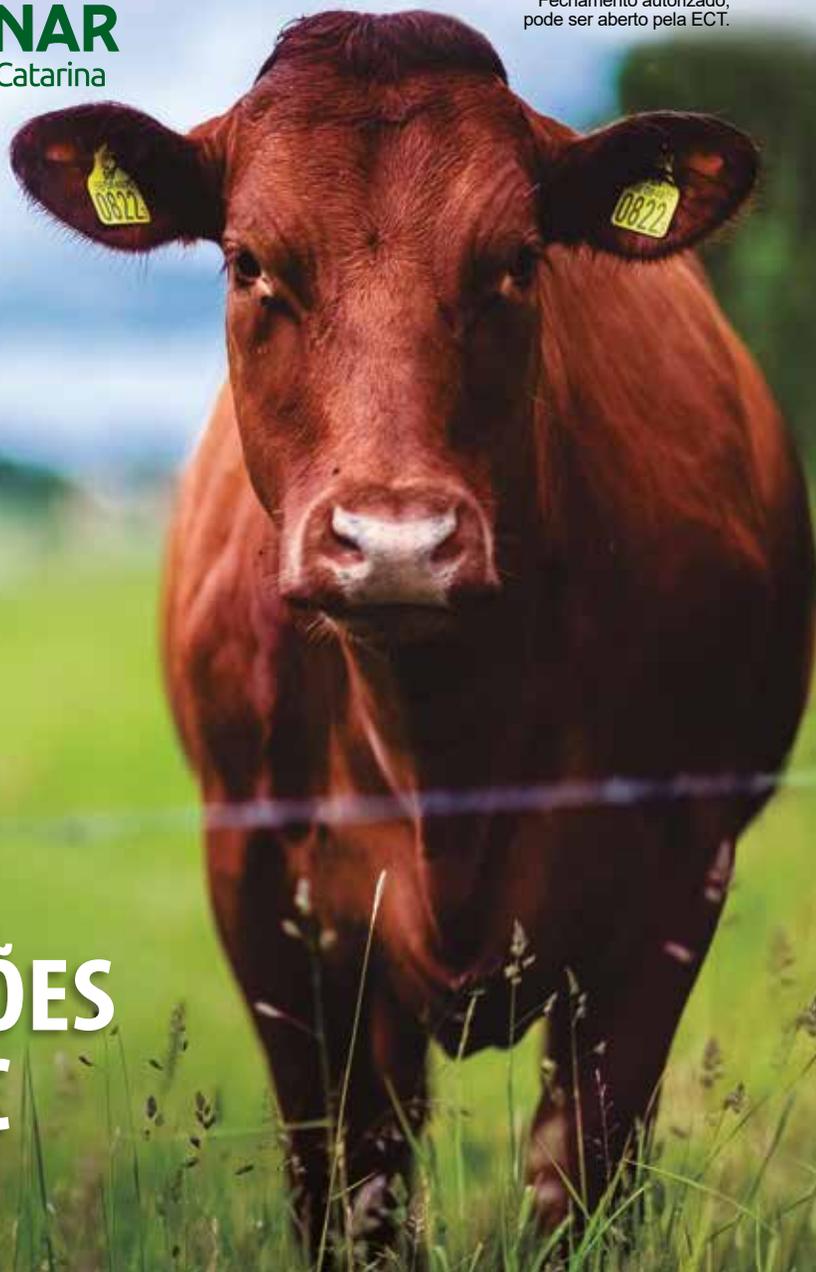


AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 78 | MAIO DE 2020



Fechamento autorizado,
pode ser aberto pela ECT.



DEZESSETE MUNICÍPIOS ESTREIAM LEILÕES VIRTUAIS EM SC

Páginas 10 a 13

AGROPECUÁRIA

Estiagem prejudica
produção no Estado

Páginas 6 e 7

PANDEMIA

Crédito para produtores
mantém competitividade

Páginas 8 e 9

EDUCAÇÃO

Jovens aprendizes
têm aulas online

Páginas 14 e 15

ATeG

Produtores recebem
assistência técnica virtual

Páginas 16 e 17

AGRICULTURA DEPOIS DA PANDEMIA

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (FAESC) e do Conselho de Administração do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC)



Ainda é cedo para conhecer a dimensão dos estragos humanos e econômicos da pandemia no Brasil. Ainda não se sabe tudo sobre o novo Coronavírus nem sobre a doença que ele causa, a Covid-19. Existem muitas incertezas no presente e no horizonte de curto prazo. Uma das poucas convicções produzidas pelo episódio que estamos vivendo é: nada mais será como antes.

Muitas mudanças e transformações ocorrerão em todas as áreas da atividade humana, seja pessoal, familiar, empresarial ou social. A agricultura não ficará de fora. Embora imprescindíveis, as medidas de combate à pandemia – especialmente o isolamento social – têm profundos efeitos econômicos: inviabilizam empresas, impedem atividades ocupacionais formais e informais, destroem empregos e derrubam a atividade econômica. O desafio crucial dos gestores públicos é definir medidas de proteção à saúde pública sem desman-

telar a economia.

Quando esse quadro de dificuldade estiver superado saberemos o real tamanho de nossas insuficiências em termos de rede básica de saúde, hospitais de média e alta complexidade, indústria nacional de fármacos e insumos médico-hospitalares etc. É provável que todo o sofrimento de milhares de famílias em face da perda de entes queridos amadureça a sociedade para um exercício mais consciente da cidadania.

No setor primário da economia – agricultura, pecuária, pesca, fruticultura, exploração mineral, etc. – a presença da ciência e da tecnologia se intensificará, bem como o crescente emprego de recursos digitais. O desempenho da agricultura vem sendo definido há décadas pelo conhecimento científico, mas não são todos os estamentos de produtores, trabalhadores e empresários rurais que têm acesso a ele.

Políticas públicas devem ser criadas nessa direção. E nessa área vis-

lumbramos grandes oportunidades de interação entre ações de entes públicos e privados. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e as Federações estaduais de agricultura, junto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), têm grande contribuição a dar – como estão dando há mais de duas décadas para a modernização do campo. Um fator novo e alvissareiro é o surgimento de centenas de startups com projetos que melhoraram a gestão e otimizam o aproveitamento dos recursos humanos, técnicos e naturais dos estabelecimentos rurais de pequeno e médio porte.

Nosso otimismo reside na expectativa de que o envolvimento articulado e cooperativo de todos esses agentes – Senar, CNA, Faesc e startups – com o apoio estatal através do Ministério da Agricultura representará geração, transmissão e difusão de tecnologias acessíveis que acelerarão o desenvolvimento do campo.

AGRICULTURA SC

R. Delminda Silveira, 200 - Agrônoma, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FAESCSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2015/2019: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente: Enori Barbieri, 2º vice-presidente: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de finanças: José Antônio de Pieri. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Adelar Maximiliano Zimmer (Extremo-Oeste), Américo do Nascimento (Oeste), Wilson Antônio Verona (Meio Oeste), Mauro Kazmierczak (Planalto Norte), Lindolfo Hoepers (Vale do Itajaí) Márcio Cicero Neves Pamplona (Planalto Serrano) e Villibaldo Michels (Sul). **CONSELHO FISCAL EFETIVO:** Fernando Sérgio Rosar, Gilmar Antônio Zanluchi e Donato Favarin. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Nilton Goedert, Fabrício Luiz Stefaní e Dionício Scharf. **CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR/SC:** Presidente do Conselho Administrativo – Gestão 2015/2018: José Zeferino Pedrozo. **CONSELHEIROS:** Walter Dresch (Titular), Luis Sartor (Suplente). **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) | Marcos Antônio Zordan (Titular), Neivo Luiz Panho (Suplente). | **Representantes:** Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) | Ricardo de Gouvêa (Titular), Cinthya Monica da Silva Zanuzzi (Suplente).

Representantes: Agroindústria | Daniel Klüppel Carrara (Titular), Adilcio Pedro Pazetto (Suplente). **Representantes:** SENAR Administração Central. **CONSELHO FISCAL:** Rita Marisa Alves (Titular), Pedro Cavalheiro de Almeida (Suplente) | **Representantes:** SENAR Administração Central | Tatiane Mecabó Cupello (Titular), Gilberto Modesto da Silva (Suplente) | **Representantes:** Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) | Joãozinho Althoff (Titular), Acir Veiga (Suplente). **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc). **DIRETORIA:** Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Keli Magri. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Keli Magri, Lisiane Kerbes, Marciane Paz.

Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tiragem: 5.500 exemplares.



SISTEMA FAESC/SENAR-SC MANTÉM-SE ATIVO

A crise do Coronavírus paralisou as atividades de quase todos os setores do Estado nos últimos meses. Apesar de manter o trabalho remoto desde o dia 17 de março, data do primeiro decreto estadual para isolamento social e quarentena, o Sistema FAESC/SENAR-SC participou ativamente das decisões importantes do setor no período em Santa Catarina. Todas as reuniões presenciais, eventos, viagens e atividades externas foram suspensas, mas a instituição usou a tecnologia para dar andamento às atividades administrativas e gerenciais, à assistência técnica, ao atendimento à imprensa e aos sindicatos e produtores rurais.

Em atendimento home office, a equipe de funcionários do Sistema orientou os 92 sindicatos sobre os decretos do Governo do Estado e repassou informações para atendimento dos produtores rurais na emissão de declarações como a de Aptidão ao Pronaf (DAP), contratos e emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA), além das medidas e inovações anunciadas ao setor durante o período de pandemia. Com atuação do SENAR,

a Federação também manteve ativo os trabalhos técnicos e gerenciais em todas as cadeias produtivas do Programa ATeG.

Em videoconferências com a equipe econômica do Governo do Estado, a diretoria da FAESC ajudou a definir a realização dos leilões virtuais da pecuária de corte (Portaria 242), algo inédito em Santa Catarina que possibilitou a comercialização dos terneiros que estavam retidos nas fazendas devido à suspensão das feiras agropecuárias durante a pandemia. Outras participações importantes foram na definição das medidas econômicas de auxílio aos produtores rurais do Estado diante da crise e na análise das perdas provocadas pela estiagem na produção agropecuária, que desencadeou em medidas de apoio ao setor. O presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, é membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDERURAL) e teve papel importante no processo.

A FAESC também atuou na linha de frente do setor para assegurar a manutenção das atividades agrícolas

e da indústria de alimentos no Estado. Neste sentido, enviou ofícios à Federação Catarinense dos Municípios (FECAM) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), defendendo a continuidade ininterrupta das atividades do setor como medida vital para o não agravamento da situação e para a superação da crise.

Em conjunto com a CNA, a FAESC também elaborou propostas de apoio aos produtores rurais impactados pela crise e solicitou à ministra da Agricultura, Tereza Cristiana, atenção especial para incluir Santa Catarina nos programas de benefício ao combate à estiagem para garantir a continuidade e regularidade da produção agrícola e pecuária.

“Nosso trabalho foi intenso no período em defesa do setor, cujas atividades foram consideradas essenciais desde o início da crise. Continuamos trabalhando para assegurar e amparar os produtores rurais e para que o agronegócio catarinense mantenha sua força e sua grandeza”, destaca o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo.

MP DO AGRO TRAZ AVANÇOS NO CRÉDITO RURAL



A Medida Provisória 897/2019, conhecida como MP do Agro, sancionada pelo Governo Federal no dia 7 de abril, traz avanços para o setor, especialmente na tomada de crédito pelos produtores rurais de todo o País. O projeto moderniza a política agrícola ao estabelecer novas regras sobre crédito e financiamento de dívidas do setor, prevendo a ampliação da oferta em R\$ 5 bilhões para o agronegócio no Brasil.

Na avaliação da FAESC e da CNA,

a nova legislação traz mecanismos para facilitar e ampliar o acesso ao crédito privado e também melhora o ambiente de financiamento com recursos oficiais, com a quebra da concentração dos bancos públicos no mercado. Com isso, há a possibilidade de redução de custos com juros mais equilibrados.

A maior competição entre os bancos no crédito subsidiado vai possibilitar taxas melhores e maior agilidade na contratação de financiamentos pe-

los produtores. Outro ponto positivo da MP são as mudanças no regime de afetação. Os proprietários rurais, ao tomarem um empréstimo, podem deixar como garantia parte do seu imóvel e não mais toda a propriedade. Poderão ser usados como garantia o terreno e as benfeitorias existentes nele, exceto as lavouras, os bens móveis e o gado. Essa medida facilita o acesso ao crédito e dá mais segurança, flexibilidade e poder de barganha aos produtores.

Outro ponto destacado é a subvenção para empresas cerealistas. Devido à carência de capacidade de armazenamento de grãos, a medida autoriza a União a conceder, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até R\$ 20 milhões por ano em subsídios para diminuir a taxa de juros em financiamentos de construção de silos. A ação vai injetar recursos no setor e ajudar as empresas a suprirem a demanda.

A FAESC também ressalta as mudanças para atrair capital internacional, como a emissão de títulos em moeda estrangeira. Ao diminuir a tributação e os juros sobre operações financeiras internacionais, a medida vai melhorar o ambiente de negócios para recomposição do financiamento do crédito rural pelos recursos privados.

Além da emissão de títulos em moeda estrangeira, a modernização

da Cédula do Produtor Rural (CPR) – título que representa a promessa de entrega de um produto agropecuário, estimulando a produção por meio de antecipação do crédito rural – também amplia e prevê maior detalhamento dos produtos passíveis de emissão da cédula, incluídos os que sofrem beneficiamento e primeira industrialização.

O único ponto da MP do Agro contrariado pela FAESC, em sintonia com a CNA, foi o veto ao artigo 56 que buscava limitar as taxas cobradas por cartórios no registro de contratos de crédito rural e tentava uniformizar as cobranças em todo o País. O Governo alegou que a medida invade a competência dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre tributação. Para as entidades do setor, a mudança era necessária para eliminar a disparidade na cobrança de títulos de estado para estado.



CONFIRA OS PRINCIPAIS ITENS DA MP

Fundo Garantidor Solidário (FGS)

O Fundo Garantidor Solidário (FGS) é uma troca de aval entre produtores para dar garantia às empresas, bancos e tradings. A composição do fundo será coletiva e formada por, no mínimo, dois produtores rurais (que ficam com a cota primária de 4%), a instituição financeira ou credor original (fica com cota de 2%) e um terceiro interessado, se houver, fica com a cota também de 2%.

Patrimônio Rural em Afetação

Para tomar um empréstimo, não será mais necessário deixar toda a propriedade como garantia. A MP do Agro permite agora ao proprietário rural oferecer parte de seu imóvel como garantia nos empréstimos rurais. Esse mecanismo é conhecido como regime de afetação — no qual o terreno e as benfeitorias a serem objeto de financiamento ficam separados do patrimônio disponível.

Cédula de Produto Rural (CPR)

A CPR é emitida para garantir o pagamento de um empréstimo rural com a produção agrícola, pecuária, de floresta plantada e de pesca e aquicultura, seus derivados. A medida amplia e prevê maior detalhamento dos produtos passíveis de emissão da cédula, incluídos os que sofrem beneficiamento e primeira industrialização. Além disso, a MP do Agro possibilita que o título seja emitido tendo como referência a moeda estrangeira, como o dólar.

Subvenção para empresas cerealistas

Devido à carência de capacidade de armazenamento de grãos, a medida autoriza a União a conceder, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até R\$ 20 milhões por ano em subsídios para diminuir a taxa de juros em financiamentos de construção de silos.



A estimativa de produção de milho da primeira safra é 10% menor que a 2018/19 no Estado

ESTIAGEM PREJUDICA PRODUÇÃO NO ESTADO

A mais severa estiagem dos últimos anos no Estado está castigando a produção agropecuária catarinense. É o que aponta estudo elaborado pelas equipes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri/Cepa/Ciram). O levantamento apresentado às entidades do setor produtivo em abril revela que a falta de chuva impactará em grandes perdas na safra de verão (julho/2019 a abril/2020), especialmente nas lavouras de milho, feijão e batata, além de queda na produção de leite, devido à redução das pastagens. Os prejuízos

alcançam R\$436 milhões.

De acordo com o relatório técnico, de junho de 2019 a abril de 2020, a chuva acumulada em Santa Catarina ficou em torno de 500mm inferior ao registrado na média histórica. No meio oeste, as chuvas foram 635mm menores durante esse período. Situações semelhantes aconteceram apenas em 1978 e 2006.

Para o presidente da FAESC José Zeferino Pedrozo, a estiagem agrava o momento econômico vivido pelo Estado. “É uma situação muito preocupante, principalmente pela falta de previsão de

chuva intensa para os meses de maio e junho”, avalia Pedrozo ao destacar também os impactos da queda no consumo como fator agravante no período.

“O momento econômico provocado pela pandemia do Coronavírus causou queda no consumo de carne suína e de derivados de leite, o que consequentemente está refletindo na redução da comercialização pelos produtores. Muitos estão deixando as atividades. São duas situações que preocupam e que estão dificultando a produção agropecuária no Estado”, sublinha o presidente da FAESC.

NÚMEROS PREOCUPAM O CAMPO

Os números reforçam a preocupação da FAESC. De acordo com o relatório da Epagri, a estimativa de produção de milho da primeira safra é de 2,51 milhões de toneladas, 10% a menos que a obtida na safra 2018/19 no Estado. Para o milho de segunda safra e grão total, a área estimada de produção é de 15 mil hectares, o que representa uma retração de 7,4% em relação à safra anterior. A expectativa é que as áreas de safrinha também sejam fortemente impactadas pela estiagem. Segundo o estudo, alguns municípios já relatam produtividades até 20% menores em relação ao ano anterior. Para o milho silagem é esperada uma redução de 0,6% na produção, fechando em 9 milhões de toneladas.

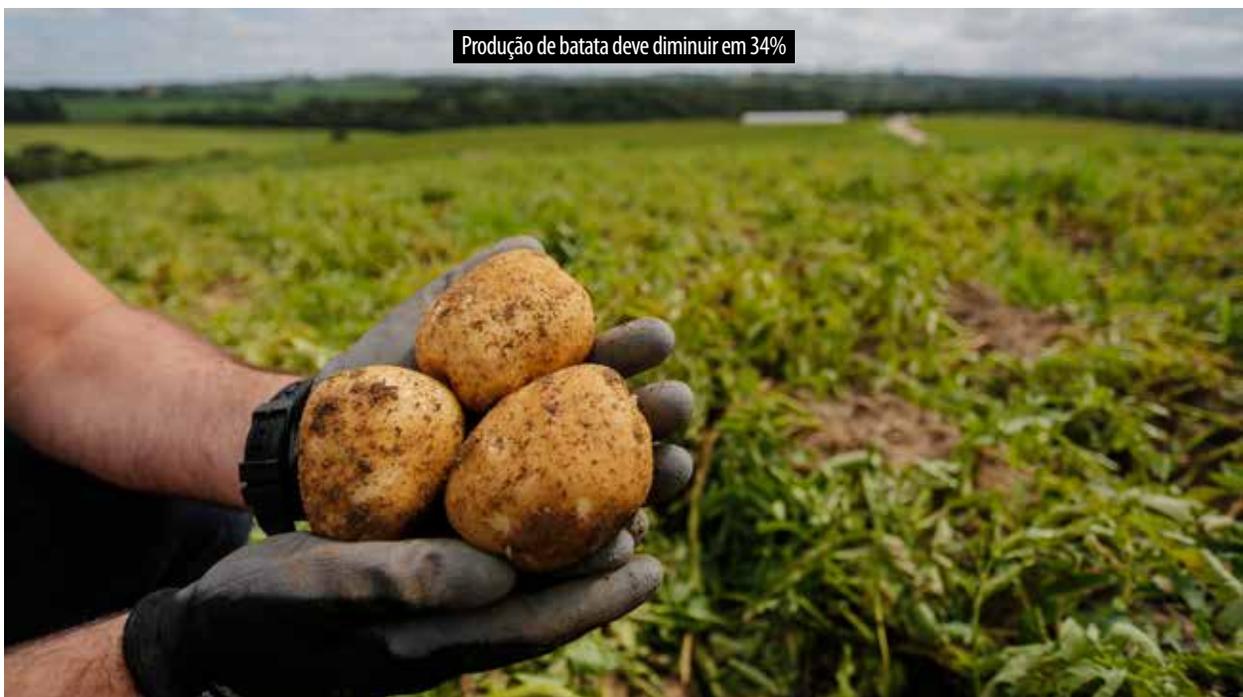
O mesmo acontece com outras culturas. O feijão da primeira safra deve encerrar com queda de

3,35%, alcançando 60,6 mil toneladas do grão. A estimativa da Epagri é que as áreas da segunda safra - 37% da produção total do Estado - sejam fortemente impactadas pela falta de chuva. Alguns municípios relatam produtividades de 20% a 50% menores em relação ao ano anterior, o que pode apresentar variação final negativa de 7% na produção e 5,04% na produtividade em relação à safra 2018/19.

O maior impacto é sentido nas plantações de batata, onde a produção deve diminuir 34% em relação ao ano anterior, chegando a 72 mil toneladas. Os prejuízos na produção de soja são menores. Cerca de 70% das lavouras catarinenses de soja já foram colhidas e devem ter uma queda de apenas 1% na produção devido a um aumento na produtividade nas regiões de Chapecó, São Miguel do Oeste e Canoinhas e pelo aumen-

to de mais de 15 mil hectares na área plantada em todo o Estado. Mesmo assim, as regiões que estão com a colheita em andamento estimam perdas de até 30% da produtividade, o que pode mudar os números do grão no final da safra. A produção de fumo também deverá ser reduzida em -1,13% nesta safra.

Existe uma preocupação também com o setor leiteiro. Os meses de abril e maio são, historicamente, os períodos de menor oferta, o que se acentuou neste ano pela estiagem. A falta de chuvas prejudicou a quantidade e a qualidade das pastagens, o que impactou diretamente no aumento dos custos de produção de leite e no preço do produto aos consumidores. E março, a queda foi de 6% na produção de leite no Estado e no acumulado do período, a redução alcança 20%.



Produção de batata deve diminuir em 34%



CRÉDITO PARA PRODUTORES MANTÉM COMPETITIVIDADE

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDERURAL) elaborou duas resoluções para auxiliar os produtores rurais de Santa Catarina diante das crises provocadas pelo novo Coronavírus e pela estiagem no Estado. As medidas vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura fazem parte do Plano de Enfrentamento

e Recuperação Econômica aprovadas em abril pela Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) do Governo e concedem linhas de crédito para produtores rurais e pequenos empreendimentos do setor. A expectativa é injetar mais de R\$ 60 milhões na economia catarinense nos próximos três anos.

Segundo a FAESC, as medidas contemplam os pequenos produtores e os estabelecimentos rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Elas vêm em boa hora e foram pensadas para o Estado que tem uma característica especial de pequenas propriedades.



PARA PRODUTORES

A resolução 02/2020 cria projeto especial para financiamento do custeio ou capital de giro de agricultores familiares e pescadores, que transformam sua produção e comercializam utilizando Nota de Produtor Rural. Os investimentos devem chegar a R\$ 1,5 milhão em todo o Estado.

O projeto prevê financiamentos de até R\$ 30 mil, com cinco anos de prazo para pagamento sem juros. Podem participar produtores familiares com produção industrializada, própria e legalizada e/ou desenvolva

atividade de turismo rural. Se enquadram atividades agropecuária, extrativa vegetal ou mineral, ou de turismo rural, em área total de até quatro módulos fiscais, com faturamento de até R\$ 415 mil registrado no ano anterior. É preciso comprovação de produção própria de 20% da matéria-prima e 50% oriundos da agricultura familiar.

Outra medida é para os agricultores adimplentes, que já têm financiamento. Eles poderão prorrogar as parcelas de março, abril, maio ou junho para até 3 de agosto.

PARA EMPREENDIMENTOS

A resolução 01/2020 dispõe sobre o Programa de Apoio aos Empreendimentos Familiares Rurais do Estado. O projeto prevê o investimento de R\$ 1,5 milhão, via Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), para subvenção aos juros de financiamentos adquiridos por agricultores e pescadores, num limite de 2,5% ao ano. Os financiamentos seguirão as regras de contrato feito com o agente bancário, em um limite de R\$ 100 mil, com até 48 meses para pagar e 18 meses de carência.

A medida contempla empreendimentos rurais de base familiar e as cooperativas de produção, transformação, de comercialização e serviços de turismo rural. Se enquadram nos critérios os empreendimentos que tenham tido faturamento anual de até R\$ 8 milhões nos últimos 12 meses; com declaração de aptidão ao Pronaf-pessoa jurídica; com produção própria de 20% da matéria-prima e 50% da agricultura familiar e os que produzem panificados, massas, embutidos e defumados de carne, além de derivados de leite.

A prioridade é para os empreendimentos que comercializam para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), beneficiários do Programa Mais Gestão (ANATER) e os que desenvolvem atividades de turismo rural.

De acordo com o projeto, o volume de recursos enquadrados pelo FDR nesta resolução será de até R\$ 60 milhões para subvenção dos juros.

Para validação da operação, os beneficiários deverão firmar termo de compromisso com a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR), e o pagamento da subvenção será feito na forma de amortização do empréstimo diretamente ao agente financeiro, por meio da conta corrente do beneficiário.

LEILÕES VIRTUAIS AGRADAM PRODUTORES

Dezessete municípios catarinenses estrearam a inovação na pecuária do Estado regulamentada em abril pelo Governo de Santa Catarina. São Miguel do Oeste, Água Doce, Campo Belo do Sul, Caçador, Concórdia, Chapecó, Lages, Correia Pinto, Ponte Serrada, Capinzal, Campos Novos, Curitibanos, Bocaina do Sul, Abdon Batista, Capão Alto, Painel e Tubarão promoveram os primeiros leilões virtuais para comercialização de terneiros, atendendo regras estabelecidas para evitar aglomerações e diminuir os riscos de contágio do

Coronavírus. Juntos, eles garantiram a venda online de mais de 10.000 animais que estavam retidos nas fazendas devido à suspensão das feiras agropecuárias durante a pandemia.

A inovação atende demanda da FAESC que sugeriu a medida ao Governo para evitar perdas aos produtores diante da retenção dos rebanhos. Apesar de ainda estar em fase de adaptação, a novidade tem agradado sindicatos e produtores.

Em São Miguel do Oeste, o primeiro leilão virtual realizado no dia 18/04 garantiu a venda de 400 bezer-

ros. O Sindicato Rural do município organizou o segundo no dia 16 de maio com mais 400 terneiros assistidos pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) de pecuária de corte do Sistema FAESC/SENAR-SC. Segundo o presidente do Sindicato, Adair Teixeira, a venda online aumenta a abrangência e o número de compradores, apesar de limitar o contato e a troca de experiência entre produtores. “É uma grande novidade a qual estamos nos adaptando. É uma tendência que certamente veio para ficar”, avalia Teixeira.



Em Água Doce, segundo o presidente do Sindicato Rural, Nilton Bedin, o leilão virtual realizado no feriado de Tiradentes, 21 de abril, no recinto do parque de exposições do município, teve grande adesão dos produtores, que aprovaram a nova modalidade. O evento comercializou 477 cabeças e encerrou com boa média de preços dos terneiros em R\$ 8,05 ao kg das fêmeas e R\$ 8,60 dos machos, devido à qualidade dos animais assegurados pelo programa ATeG. O leilão foi semipresencial, com visitação agendada aos lotes

para lances dos compradores no período da manhã e remates virtuais à tarde, via WhatsApp.

“Tivemos um retorno muito positivo dos compradores e produtores que acharam a ferramenta virtual muito interessante e indispensável diante da situação causada pela pandemia”, ressalta Bedin. O município organizou o segundo leilão virtual nos dias 23 e 24 de maio.

Em Caçador, o leilão aconteceu no dia 12 de abril e vendeu 505 terneiros. A média de preços por quilo ficou em R\$ 7,71 fêmeas e R\$ 8,38

machos. Os lotes foram filmados nas fazendas e as imagens transmitidas pela internet no período da tarde. Na avaliação do presidente da Associação dos Pecuáristas de Caçador e Região (APCR), Joel de Mello, a nova modalidade superou as expectativas dos produtores.

“Na nossa opinião, foi melhor que o presencial, porque atraiu compradores de fora e mais visualizações”, destaca Mello que organizou, em parceria com o sindicato rural local, outro leilão no dia 17 de maio com mais 500 terneiros para venda.

LEILÕES NO OESTE

Os municípios de Concórdia e Chapecó organizaram os leilões virtuais em maio. Em Concórdia, o leilão foi no dia 1º, totalmente online no recinto do parque de exposições do município, com 550 terneiros disponíveis para comercialização. A organização foi do Sindicato Rural em parceria com a Associação de Bovinocultura de Corte do município. Segundo o presidente da Associação, Haroldo Vendrúsculo, os produtores estão aceitando bem o novo formato.

Em Chapecó, o evento aconteceu no Parque de Exposições da Efapi, no dia 16 de maio e foi semipresencial. De acordo com o presidente do Sindicato Rural do município e vice-presidente regional da FAESC, Ricardo Lunardi, os compradores agendaram horário no sábado pela manhã para avaliar os lotes e depositar seus lances de forma individualizada. A empresa leiloeira coletou os dados e entrou em contato com os compradores para informar as melhores ofertas e definir os remates. Na avaliação de Lunardi, além de uma boa solução para o momento, a modalidade virtual se tornou uma alternativa para ser mantida de for-

ma paralela à presencial.

Além desses, o Sindicato Rural de Campo Belo do Sul realizou leilão virtual no dia 25 de abril e, em maio, ocorreram mais 15 feiras: nos dias 2, 9 e 11 em Lages; dia 2 em Capinzal; dia 8 em Correia Pinto; 9 em Ponte Serrada; 17 em Curitibaanos; 23 em Campos Novos; 16 em Bocaina do Sul; 17 em Abdon Batista; 23 em Capão Alto; 24 em Paineira e 31 em Tubarão. Cada leilão comercializou, em média, 700 animais.

De acordo com o vice-presidente de finanças da FAESC, Antônio Marcos Pagani de Souza, que coordena o programa ATeG de pecuária de corte, os leilões virtuais estão agregando valor nas vendas dos bovinos em todo o Estado. Os animais comercializados têm idade média de oito meses, pesam em média 200 kg e são predominantemente de raças britânicas e continentais.

“É algo pioneiro e inovador em Santa Catarina, possibilita o comprador fazer negócio a partir da sua casa, com segurança e sem riscos de contaminação com a COVID-19. Além disso, aumenta a abrangência e o alcance dos leilões a um público

maior no território catarinense, fato que não apenas agrega valor, mas também diversifica o cliente comprador de animais, com segurança para quem está ofertando os lotes”, avalia Pagani ao destacar que além dos leilões virtuais, os pecuaristas também seguem com vendas diretas nas propriedades rurais.

“É um momento decisivo para o produtor rural, pois é justamente nessa época do ano que ele comercializa sua safra. Muitos desses produtores são assistidos pelo Programa ATeG, investem em seus rebanhos e possuem animais de qualidade e excelente genética, fatores que atendem ao mercado cada vez mais exigente por carne de qualidade. Medidas como esta auxiliam o pecuarista a se manter capitalizado e a incrementar na economia de seu município e do Estado”.

Para o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, os leilões virtuais são uma conquista e um avanço para a agropecuária catarinense. “É uma aposta do setor que soube inovar na crise. A medida foi fundamental para assegurar a comercialização do rebanho e está agradando aos produtores”, sublinha.





Primeiros leilões garantiram a venda online de mais de 10.000 animais

RECOMENDAÇÕES

Entre as regras estabelecidas pela portaria 242 para a regulamentação dos leilões virtuais estão o uso obrigatório de máscaras para todas as pessoas que trabalham nos leilões e nas feiras e o distanciamento mínimo de um metro e meio. A visitação dos animais nos recintos de leilões também deverá ter agendamento prévio por lote, com controle de acessos para evitar aglomerações, além da disponibilização de álcool em gel 70% em

locais estratégicos para higienização. Os estabelecimentos devem, ainda, fixar cartazes informativos com orientações sobre higiene das mãos, etiqueta respiratória e normas de precauções.

A portaria também estabelece que no horário programado para recebimento ou carregamento dos bovinos só será permitida a presença do motorista do caminhão e de um proprietário ou responsável pelos animais. É proibida a

presença de público e de compradores no recinto de leilões e os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos. No caso de locais fechados, os organizadores devem manter todas as áreas ventiladas e desinfetar com álcool 70% maçanetas, mesas, corrimões, interruptores, banheiros e lavatórios.



Instrutores adaptaram conteúdo para formato digital

AULAS ONLINE PARA JOVENS APRENDIZES

O SENAR/SC iniciou em abril aulas online para as turmas do Programa Jovem Aprendiz Cotista no Estado. A opção pelo teletrabalho atende recomendação do Ministério Público do Trabalho e é uma alternativa momentânea para manter o andamento dos cursos durante a pandemia do Coronavírus.

De acordo com a técnica de atividades em formação profissional do SENAR/SC, Nayana Setubal Bittencourt, três turmas de São Joaquim e uma de Fraiburgo dos cursos de Aprendizagem Rural estão recebendo conteúdo teórico em formato digital, atividades práticas diárias para validação da frequência e acessando vídeoaulas pelos celulares, tablets ou computadores.

“Essencialmente, este Programa é presencial, porém as aulas online são uma adaptação temporária à necessidade de isolamento social para dar condições de estudo e também se-

gurança aos alunos, que não estarão nas ruas correndo risco de contágio”, ressalta Nayana ao destacar que com orientação do SENAR/SC o conteúdo foi adaptado pelos instrutores para o formato digital. Com a ajuda do aplicativo multiplataforma, os aprendizes também podem tirar dúvidas com os instrutores e trocar informações com os demais alunos da turma.

A prestadora de serviço de instrutoria do Programa em Fraiburgo, Gisele Luize Kramer, afirma que as aulas na nova modalidade são um desafio para alunos e professores. Ela conta que grava as vídeoaulas durante à noite e as envia pela manhã no grupo de WhatsApp que reúne a turma de aprendizes. Durante o dia, os alunos cumprem as tarefas e interagem com a instrutora para tirar dúvidas.

“É uma dinâmica nova que nos exige mais criatividade para tornar as aulas mais lúdicas e interativas. Aqui, todos os alunos participam e

estão criando uma rotina de atividades para intercalar com as aulas do ensino da rede pública, que também estão sendo virtuais. É um método diferente, mas eficaz para manter o andamento das aulas, porque o conhecimento não pode parar”, ressalta Gisele.

Em Santa Catarina, o Programa Jovem Aprendiz Cotista do SENAR atende atualmente 149 aprendizes entre 14 e 24 anos. No momento, 115 aprendizes iniciaram com o teletrabalho nos municípios de São Joaquim e Fraiburgo. No município de Xanxerê, a empresa empregadora antecipou os 30 dias de férias dos aprendizes, conforme previsto na Medida Provisória 927 de 22 de março de 2020 e, após este período, os alunos retornam com as aulas virtuais. Em Papanduva, as atividades da nova turma de aprendizagem que iniciariam no dia 23 de março foram adiadas devido à pandemia.

SOBRE O PROGRAMA

O Programa Jovem Aprendiz Cotista atende a Lei da Aprendizagem 10.097/00, regulamentada pelo decreto n.º 5.598/05, que prevê que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar, com carteira assinada, adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos, de acordo com o percentual exigido por lei (art.429 da CLT). A contratação é feita por meio de um curso de qualificação profissional em que adolescentes e jovens têm aulas teóricas, de responsabilidade da instituição qualificadora, e prática profissional, de responsabilidade das empresas empregadoras.

O objetivo é dar a oportunidade de aprendizagem e de inserção

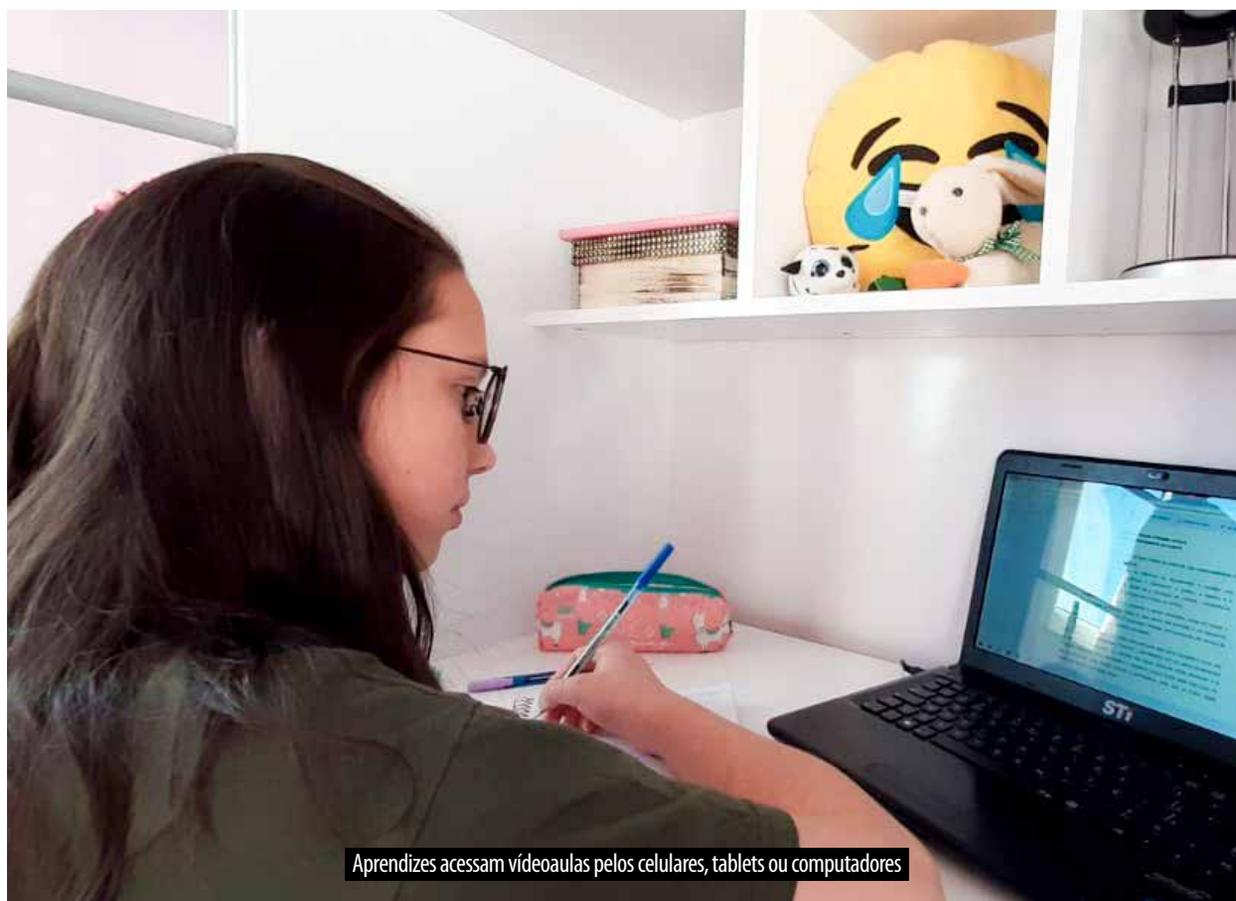
no mercado de trabalho aos jovens, integrando os três pilares do processo de aprendizagem: escola, trabalho e formação profissional.

Em parceria com os Sindicatos Rurais em todo o Estado, o SENAR/SC oferta os cursos de aprendizagem rural – Auxiliar Administrativo e Financeiro com carga horária de 960 horas e Supervisor Agrícola, com 800 horas. Ambos têm duração máxima de dois anos e são divididos em 21 módulos, com 50% de teoria e 50% de prática profissional. As turmas são formadas mediante demanda suficiente de empresas rurais contribuintes.

De acordo com o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zan-

luchi, o Programa é ofertado desde 2006 e já formou mais de 800 jovens aprendizes. “Ao mesmo tempo em que representa a primeira oportunidade de trabalho na vida dos jovens, o Programa os prepara e os qualifica para a formação da carreira profissional. É importante para as famílias e para o mercado”, sublinha Zanluchi.

Para o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, os jovens aprendizes cotistas representam uma aposta das empresas e uma esperança das famílias que vivem no campo. “Eles são o futuro do setor. Dar oportunidade de aprendizado e de trabalho é investir no amanhã”.



Aprendizes acessam vídeoaulas pelos celulares, tablets ou computadores

PRODUTORES RECEBEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA VIRTUAL

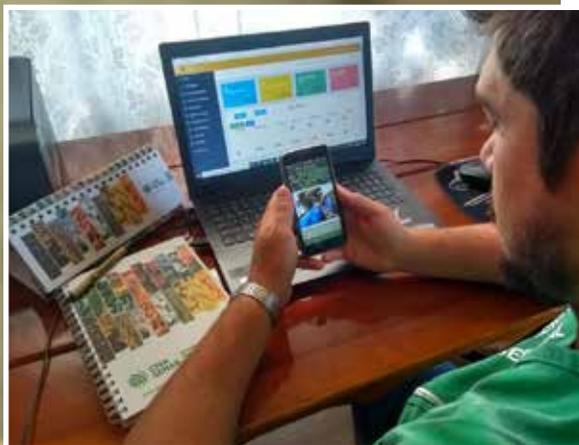
Em tempos de isolamento social recomendado pelos órgãos de saúde, uma medida vem sendo adotada pelo Sistema FAESC/SENAR em Santa Catarina: o atendimento remoto a produtores rurais para Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) às propriedades.

Desde a segunda quinzena de março, os técnicos de campo vinculados ao Programa ATeG utilizam plataformas online, como WhatsApp e Skype, para interagirem com os produtores rurais e repassarem orientações sobre técnicas do manejo das fazendas.

Na ATeG em pecuária de corte os profissionais auxiliam os produtores a encontrarem soluções para o plantio e manejo de pastos de inverno, além do controle sanitário e nutricional dos re-

banhos e do planejamento de engorda do gado. De acordo com o vice-presidente de finanças da FAESC, Antônio Marcos Pagani de Souza, que coordena o programa estadual da ATeG de pecuária e ovinocultura de corte, os técnicos também estão trabalhando a gestão das propriedades frente ao cenário econômico mundial alterado pela pandemia.

“Há a necessidade ainda maior de o produtor rural ser eficiente na gestão dos negócios para aumentar a produtividade e reduzir os gastos no momento de crise. Essas orientações também estão sendo repassadas pelos nossos técnicos”, destaca Pagani ao ressaltar que o atendimento remoto é uma medida paliativa para manter a assistência técnica e gerencial no período de isolamento.



“Nada substitui a presença do técnico de campo diretamente nas propriedades, customizando atendimento e atuando de forma prática. Mas essa é uma importante medida que fomenta a economia do Estado, pois não apenas estimula a produção agropecuária gerando renda, como também faz com que o comércio voltado para o setor continue aquecido, como o mercado de insumos agropecuários, medicamentos para os rebanhos, rações, adubos, combustíveis e prestação de serviços”, sublinha Pagani.

De acordo com a coordenadora estadual da ATeG nas cadeias de pecuária leiteira, apicultura, olericultura, piscicultura e maricultura, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, o atendimento virtual dá suporte e mantém o vínculo com os produtores que necessitam de acompanhamento contínuo no campo. “O trabalho no meio rural não parou e a nossa assistência técnica precisa acompanhar as atividades dos produtores para auxiliá-los na tomada de decisões, no planejamento das propriedades e nas ações práticas da produção. O atendimento virtual se tornou uma medida de apoio eficiente neste período”, enfatiza Paula.

Segundo ela, o contato entre técnicos e produtores está sendo feito semanalmente por videochamadas, com acompanhamento de toda equipe de supervisores regionais e supervisores técnicos da ATeG.

Para o presidente do Sistema FA-ESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, a medida é importante porque o momento é de cautela em todas as áreas produtivas do Estado. “Não sabemos ainda o tamanho dos impactos da pandemia e estamos atravessando um período de forte estiagem, dois fatores que deixam os produtores apreensivos. É neste momento que a assistência técnica se torna ainda mais fundamental para dar a eles suporte, segurança e conforto. É um período que exige cautela e critérios na gestão das propriedades”, observa Pedrozo.



CARTILHA ONLINE ORIENTA PRODUTORES

O SENAR e os Ministério da Agricultura e da Saúde lançaram uma cartilha online com recomendações de prevenção ao Coronavírus nas propriedades rurais. O documento apresenta orientações e medidas de proteção aos produtores e trabalhadores rurais para garantir segurança no ambiente de trabalho, considerando as características dessa atividade essencial para o abastecimento da população.

A cartilha explica detalhadamente as formas de prevenção ao Coronavírus, os sintomas da doença e as medidas que precisam ser adotadas em meio à pandemia, como evitar o uso compartilhado de ferramentas e equipamentos e a restrição de acesso

às propriedades rurais apenas às pessoas estritamente necessárias.

Em casos de trabalhadores com sintomas da Covid-19, a cartilha apresenta sugestões que podem ser implementadas pelo gestor rural para garantir a recuperação do funcionário e proteção dos demais, evitando a propagação da doença. Também são abordados os procedimentos para as boas práticas de fabricação de alimentos, armazenamento e comercialização durante esse período de pandemia.

Para o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, as medidas são importantes para garantir segurança aos produtores rurais e ajudam a frear o contágio do vírus. “Apesar do meio rural estar um pouco

mais imune ao Coronavírus, devido à menor aglomeração, o setor sente os reflexos dos grandes centros e precisa adotar medidas para que a pandemia não atinja os trabalhadores e, consequentemente, impacte na produção”, destaca Zanluchi.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, afirma que a cartilha online é uma maneira do setor levar informações seguras até os produtores. “Essas orientações confiáveis são importantes para mostrar a eles a forma correta de prevenção e proteção à Covid-19, em um momento em que todas nossas equipes não podem estar presencialmente nas propriedades”, sublinha Pedrozo.

PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES

Monitore empregados na entrada das propriedades e afaste os que apresentarem sintomas como febre, tosse seca e dificuldade respiratória. Oriente para quarentena

Adote, se possível, escalas de trabalho para reduzir a quantidade de trabalhadores simultâneos, de forma a garantir maior distância entre eles, observando a distância mínima de 1m e, quando possível, adotando a distância de 2m

Promova boa higiene respiratória no local de trabalho

Disponibilize materiais que colaborem na prevenção da propagação

Restrinja o acesso às propriedades rurais àquelas pessoas estritamente necessárias

Converse com seu agrônomo, veterinário, técnico ou assistente técnico

Oriente a cada colaborador a utilizar sua ferramenta, equipamento ou máquina agrícola, sem trocar ou compartilhar com outros colaboradores

Evite deslocar-se aos centros urbanos

ACESSO

Para visualizar a cartilha, acesse: <https://bitlybr.com/vebKG74>

AGRO +

INOVAÇÃO AOS PRODUTORES

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) lançou em abril, com apoio do Ministério da Agricultura, uma plataforma nacional de comércio eletrônico que vai reunir produtores rurais, aplicativos, redes de supermercados e prestadores de serviço de frete para facilitar a comercialização de produtos do campo. No portal mercado.cnabrazil.org.br, o produtor pode cadastrar a sua região e os produtos que têm à disposição, e o interessado em comprar informará sua demanda e abrangência. As entregas poderão ser feitas por empresas de logística com atuação nacional ou regional, que estiverem cadastradas na Plataforma.



NÚMEROS QUE IMPRESSIONAM

Primeiro exportador de aves e quarto exportador de suínos, o Brasil tem autossuficiência para abastecer um mercado interno de 210 milhões de pessoas, que consomem 69% da produção de carne de frango e 82% da carne suína. Um terço da produção anual de 13,2 toneladas de frango brasileiro vai para 150 mercados como China, Japão, Arábia Saudita, África do Sul e Iêmen, e pode alimentar mais 186 milhões de pessoas. Da produção de 4,1 milhões de toneladas da carne suína, 18% vai para 90 países e pode alimentar mais 37 milhões de pessoas. São números que expressam a importância da indústria nacional para o abastecimento de alimentos que são fontes nutritivas de proteína, aminoácidos, cálcio e vitaminas A, B12 e D (os dois últimos não fornecidos por fontes vegetais). Considerando o consumo interno e externo, o Brasil pode alimentar 396 milhões de pessoas com carne de frango e 247 milhões de pessoas com carne suína.

TECNOLOGIA NA ANÁLISE DO SOLO

Uma tecnologia desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com o setor privado promete agilizar e baratear a análise do solo, uma das etapas mais importantes no início de uma safra. O equipamento desenvolvido analisa o solo de maneira rápida e eficiente, em menos de um minuto, com a ajuda de um laser. A tecnologia funciona da seguinte forma: a terra é prensada em cápsulas, entram na máquina de um lado, passam pelo laser, o computador recebe os dados da leitura segundos depois. Nesse sistema, as amostras vêm com a localização de campo e o resultado sai em um mapa da lavoura, e cada cor representa um teor de elemento do solo, como potássio, magnésio, etc. A empresa responsável pelo desenvolvimento do equipamento afirma que os resultados do aparelho são confiáveis, compatíveis ao da análise tradicional.





FAESC

Federação da Agricultura
e Pecuária - Santa Catarina

www.faesc.com.br



SENAR

Santa Catarina

www.senar.com.br

Em todos os momentos,
de crises ou de conquistas,
**o agronegócio é
vital para o Brasil.**

**VAMOS
SU
PE
RAR
JUNTOS!**

